

**Universidade São Judas Tadeu
Ciências Econômicas**

**Pedro Renan Barbobsa
Pedro Henrique Tavares dos Santos
Pedro Henrique da Costa Valentins
Sérgio Neves Pereira**

A influência da política macroeconômica no investidor brasileiro (2017-2021)

São Paulo
2022

A influência da política macroeconômica no investidor brasileiro (2017-2021)

Formatado: Centralizado

**Pedro Renan Barbosa
Pedro Henrique Tavarres dos Santos
Pedro Henrique da Costa Valentins
Sérgio Neves Pereira**

Formatado: Centralizado

**Orientadores:
Prof. Raphael Camargo Penteado
Prof. Reinaldo Mora**

Formatado: Recuo: Deslocamento: 1,53 cm

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade São Judas Tadeu (USJT), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação de Prof. Dr. Raphael C. Penteado e coorientação de Prof. Ms.

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial

Formatado: Recuo: À esquerda: 10,25 cm

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial

Reinaldo Mora,

Comentado [RCP1]: Faltou inserir essa parte, procure um texto adequado, deixe completo e coloque a orientação e coorientação conforme exemplo.

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 11 pt

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial

São Paulo
2022

Resumo

A partir da crise econômica e política do biênio 2015-2016 o governo brasileiro adotou um novo modelo de política macroeconômica, baseando -se no controle do déficit público que havia subido em relação ao PIB nos últimos anos com objetivo de retomada da estabilidade macroeconômica do país, controle inflacionário e crescimento econômico. Até 2019 essa nova política fiscal foi adotada, destacando a aprovação da PEC nº241 teto de gastos, porém, a partir de 2020, o governo Bolsonaro impôs políticas expansionistas para conter os problemas econômicos causados pela pandemia do corona vírus.

Propõe-se então, a partir da análise de dados secundários macroeconômicos do período descrito, 2017-2021, demonstrar a capacidade do brasileiro em alocar recursos para investimento, assim como suas escolhas dos por determinado produto financeiro durante as políticas econômicas adotadas no período.

Palavras chave: Renda Variável, pandemia, Bolsonaro, macroeconômica, investimentos, pandemia.

Formatado: Português (Brasil)

Comentado [RCP2]: É interessante que as palavras-chave não repitam termos que já existem no título, isso ajuda o texto a ser encontrado mais rapidamente. Recomendo que utilize as seguintes palavras chave: renda variável, pandemia, Bolsonaro

Formatado: Português (Brasil)

Formatado: Inglês (Estados Unidos)

Abstract:

After the economic and political crisis of the 2015-2016 biennium, the Brazilian government adopted a new model of macroeconomic policy, based on controlling the public deficit that had risen in GDP in recent years, to resume the country's macroeconomic stability. , inflation control, and economic growth. Until 2019, this new fiscal policy was adopted, highlighting the approval of the PEC nº241 spending ceiling, however, from 2020, the Bolsonaro government imposed expansionist policies to contain the economic problems caused by the coronavirus pandemic.

It is then proposed, based on the analysis of secondary macroeconomic data for the period described, 2017-2021, to demonstrate the choice of Brazilian investors for a given financial product during such economic policy adopted. From this perspective, it is possible to analyze the behavior of Brazilian investors in the analyzed period based on the macroeconomic scenario. Keywords: macroeconomic, investments, pandemic.

Sumário

1	Introdução	5
2	Metodologia	6
2.1	Revisão Bibliográfica	7
3.1	3.1 Política fiscal	7
3.2	3.2 Política monetária	7
3.3	3.3 Teto de gastos	7
3.4	3.4 Auxílio Emergencial	8
3.5	3.5 Renda Fixa: CBD	8
3.6	3.6 Renda Variável: Índice Ibovespa	9
4	Ponto de vista Macroeconômico	9
4.1	Recessão Econômica 2015/2016	9
4.2	Transição do governo Temer	10
4.2.1	Criação do Teto de Gastos	10
4.3	Enfraquecimento da inflação e os juros no Brasil	12
4.4	Governo Jair Bolsonaro e a criação da reforma da previdência	13
4.4.1	Governo Bolsonaro: política monetária e fisc	13

5	Investidores brasileiros 2017 -2021	17
6	Conclusão	20

1. Introdução

Contextualização

Segundo GIAMBIAGI (2016), pós crise de 2008 o Brasil manteve políticas anticíclicas de expansão fiscal, o que somado ao fim do boom de commodities no cenário internacional resultou em um aperto fiscal nos últimos anos do governo Dilma, como aponta BORGES (2017) , com intuito de contar a alta expressiva da dívida pública nos anos de 2011-2014. Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff devido a crise econômica e política no período, segundo MARIANO (2017), o governo de seu vice Michel Temer adotou um novo modelo de política macroeconômica seguindo políticas consideradas ortodoxas, em especial no quesito de política fiscal aprovando a emenda constitucional 95/2016 de teto de gastos congelando os investimentos e gastos públicos com objetivo de diminuir o déficit público. O governo Temer seguindo a cartilha ortodoxa do seu ministro Henrique Meirelles conseguiu retomar o crescimento econômico pós crise de 2015/2016 onde houve em média 7% de queda do produto, obtendo crescimento econômico na média de 1% nos anos de 2017 e 2018, além da queda histórica de juros e controle inflacionário.

Eleito em 2018 o governo Bolsonaro manteve a mesma política de controle fiscal do seu antecessor, obtendo resultados parecidos de controle inflacionário e queda das taxas de juros, porém com baixo crescimento econômico em seu primeiro ano de governo também na casa de 1%. Entretanto, com a chegada da pandemia no ano de 2020 diversos choques de oferta levaram o aumento da inflação em toda cadeia global de suprimentos, e de acordo com Bruno Baranda Cardoso, a mudança na política fiscal ao viés expansionista em relação aos gastos públicos foi necessário para conter a crise

sanitária. Visto isso, o Banco Central, a partir de 2021, também mudou o rumo da política monetária, aumentando as taxas de juros do país com objetivo de conter a pressão inflacionária.

Dado tal conjuntura, a presente pesquisa tem como objetivo demonstrar como a política monetária adotada após 2016, primeiramente pelo governo Temer e seguida pelo governo Bolsonaro, afetou a decisão do investidor brasileiro, em especial durante a pandemia do coronavírus, destacando principalmente aspectos como a preferência de ativos e entrada de novos CPFs na bolsa.

Pode-se perceber que segundo dados da B3 os resultados dessa política macroeconômica levaram a expansão de Pessoas Físicas em busca de produtos de renda variável durante o período de 2017- 2020, porém, com a mudança da política econômica por conta da pandemia, os investidores buscaram produtos de renda fixa para se proteger da inflação e se beneficiar com o aumento das taxas de juros.

Objetivo

O trabalho visa compreender como políticas macroeconômicas adotadas após 2017 afetaram o comportamento do investidor pré pandemia (2017-2019) e durante o período da pandemia (2020-2022). Utilizando a análise de dados econômicos, é possível apresentar com maior clareza o movimento de ativos de renda variável, renda fixa e aspectos macroeconômicos considerados relevantes para a tomada de decisão no período estudado, assim como a capacidade do indivíduo em poupar para investir em determinado cenário econômico

Justificativa

O presente estudo é justificado pela falta de estudos que partem do cenário macroeconômico pós governo Temer para explicar o comportamento do investidor, investigando como mudanças macroeconômicas afetam a alocação de recursos financeiros em diferentes cenários macroeconômicos.

2. Metodologia

O seguinte trabalho foi realizado pela abordagem metodológica quantitativa descritiva, analisando dados secundários já existentes em banco de dados conceituados como Banco Central, Ipea, Anbima e B3, utilizando conceitos econômicos e estatísticos para a construção do conhecimento empírico, podendo assim ter uma melhor análise sobre o período e temática abordada no trabalho.

Para ser possível a análise das escolhas dos investidores foi coletada séries temporais macroeconômicas, com ênfase em indicadores no Brasil como taxa de juros Selic obtida pelo histórico do Banco Central, nível inflação observado pelo IPCA obtido pelo IBGE, câmbio pela Taxa Ptax obtida pelo Banco Central. Esses dados foram analisados durante o período de 2017 a 2022, relacionando-os com a alocação dos recursos em determinados produtos financeiros de renda fixa e renda variável disponíveis no banco de dados da B3 e Anbima, assim sendo possível apresentar algumas das condicionantes relacionadas a macroeconomia que levaram o investidor escolher sua melhor alocação, tomando como base a rentabilidade e o volume de negociações desses produtos no período estabelecido pela pesquisa.

3 - Revisão Bibliográfica

3.1 Política Fiscal

De acordo com BLANCHARD (2017), política fiscal é um conjunto de ações tomadas pelo governo com intuito de afetar a produto (PIB) do país, nível de emprego e preços estáveis. A política fiscal se divide em duas vertentes, a política fiscal expansionista, aquela que busca aquecer a economia em tempos de crises ou situações de declínio do produto por meio do aumento da dívida pública com injeção de gastos públicos e corte de impostos, e a política fiscal contracionista que tem o objetivo de reduzir o produto em determinado período por meio de cortes de gastos do governo ou aumento de impostos, usada como instrumento de controle inflacionário.

3.2 Política Monetária

De acordo com BLANCHARD (2017), a política monetária são ações adotadas pelo Banco Central de determinado país com intuito de controlar o fluxo monetário e a liquidez de determinada economia, sendo muito adotada no Brasil e em diversos países o regime de metas de inflação o qual se tenta controlar pressões e choques inflacionários por meio da taxa de juros, no caso brasileiro a taxa Selic determinada pelo Copom.

O Bacen, Banco Central Brasileiro, é o responsável em conduzir a política monetária brasileira utilizando se de alguns instrumentos para tal. Além da taxa de juros já citada, o Banco Central possui instrumentos como reservas compulsórias que são recolhimentos compulsórios impostos pelo banco central para controlar a oferta de moeda, empréstimos de liquidez, empréstimos

realizados a instituições financeiras para cobrir insuficiência de caixa e taxa de redesconto, taxa cobrada pelo Bacen aos seus empréstimos a bancos.

3.3 Teto de Gastos

De acordo com MARIANO (2017), a PEC 241/55 aprovada em 16 de dezembro de 2016, emenda constitucional número 95/2016, emenda do teto de gastos, estabeleceu um novo rumo da política fiscal brasileira congelando as despesas totais do governo em 20 anos com reajuste inflacionário anual.

3.4 Auxílio Emergencial

Segundo CARDOSO (2020), o auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13982 de 2020 foi a maior política de transferência de renda adotada pelo governo federal para proteger parte da população de menor renda. O decreto regulamentou o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 destinados a cidadãos maiores de 18 anos já cadastrados no programa Bolsa Família e Cadastro Único, assim como para trabalhadores informais e microempreendedores individuais (MEI).

3.5 Renda Fixa: CDB

Renda fixa trata de um tipo de investimento onde o investidor ao alocar seus recursos já tem como base o valor que receberá de rendimento, prazo e o índice a qual esse produto é lastreado. Segundo a COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2014), o melhor indicador para avaliar a rentabilidade de ativos de renda fixa são os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

3.6 Renda Variável: Índice Ibovespa

Pode-se determinar como renda variável cujo valor que o investidor receberá é indefinido no momento da alocação, variando conforme o valor de mercado daquele papel. O Índice Ibovespa analisa as principais ações brasileiras, que segundo a COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2014) é o principal índice para se observar os resultados amplos do mercado de ações brasileiro por considerar as cotações dos principais ativos negociados em bolsa brasileira.

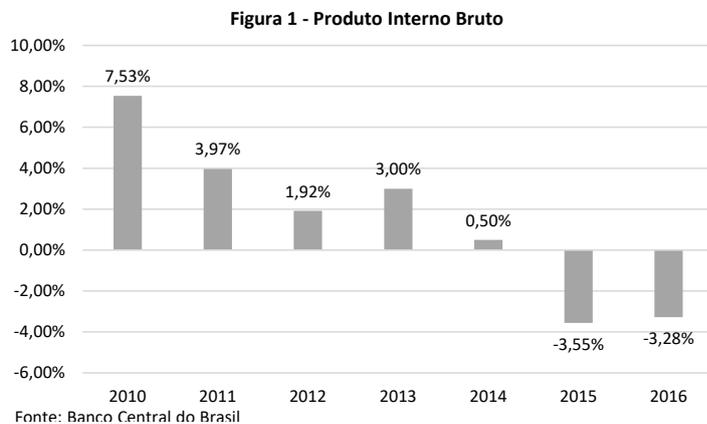
4. Ponto de vista Macroeconômico

4.1 Recessão Econômica 2015/2016

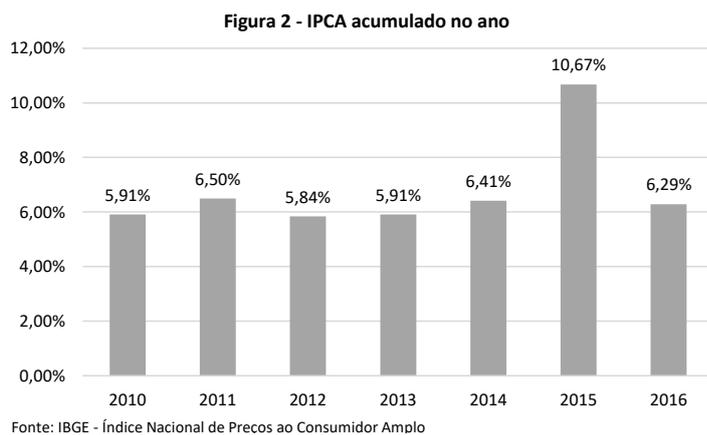
No âmbito do crescimento econômico brasileiro, o conceito utilizado pelo produto interno bruto (PIB) agrupa níveis da atividade econômica segundo o modelo keynesiano da demanda agregada na ótica da demanda, consumo das famílias, consumo do governo, investimentos (ou formação bruta de capital fixo) e exportações líquidas de importações. Desta forma, o PIB é feito pela seguinte equação:

$$\text{PIB} = C + I + G + (X - M)$$

Segundo dados do Bacen, em 2015 e 2016 o produto interno bruto (PIB) registrou duas recessões seguidas, ocasionadas pelo baixo consumo das famílias e pela falta de investimentos privados, devido ao alto nível inflacionário medido pelo IPCA nos anos de 2014 a 2016 em 6,41%, 10,67% e 6,29% respectivamente. O gráfico abaixo (figura 1) mostra o nível da variação de crescimento econômico anual do Brasil entre os anos de 2010 até 2016.



O gráfico abaixo (figura 2) mostra como a inflação brasileira medida pelo IBGE se comportou entre os anos de 2010 a 2016.



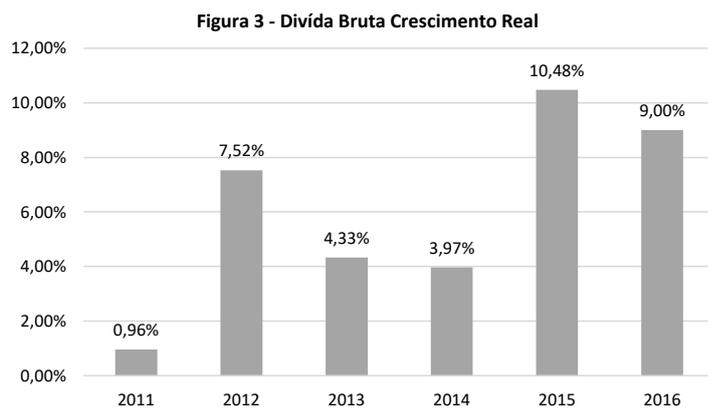
4.2 Transição do governo Temer

Segundo Bacha (2016), unindo circunstâncias políticas, jurídicas, econômicas desfavoráveis o governo Dilma reeleito em 2014, sofreu um processo de impeachment devido a condenações de pedais fiscais supostamente realizadas pelo governo resultando na crise econômica e política do período nos anos seguintes (2015-2016), com resultados de queda do PIB em -3,55% e -3,28%, assim assumindo seu vice Michel Temer.

Tomando o cargo de presidente da república em 31 de agosto de 2016, Michel Temer teve como objetivo principal do seu mandato a retomada a sustentabilidade da dívida pública que havia crescido nos últimos anos, reduzir a inflação descontrolada nos últimos anos de governo Dilma e retomar o crescimento econômico.

4.2.1 Criação do Teto de Gastos

Analisando dados do Banco Central, durante os anos de 2011 a 2016 a dívida bruta do governo teve crescimento real em média de 6,04% ao ano, acumulando no período alta de 107,04% enquanto a inflação média anual foi de 6,94% acumulando alta de 49,43% no período. O gráfico abaixo (figura 3), mostra a evolução do crescimento da dívida bruta subtraída pela inflação do mesmo período.

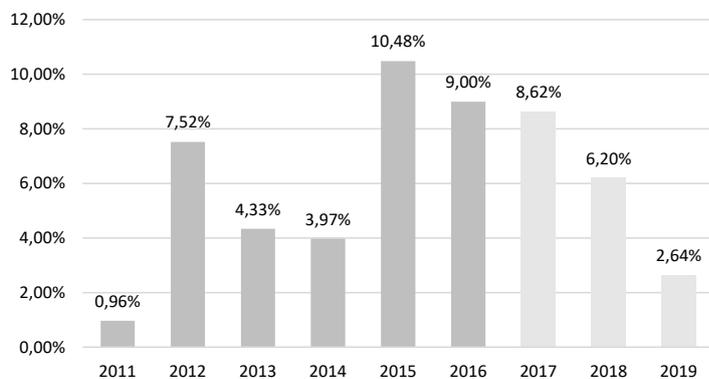


Fonte: Banco Central do Brasil

Visto este cenário de crescimento da dívida pública, o presidente Temer nomeou Henrique Meirelles para comandar o ministério da fazenda, mudando a trajetória do modelo econômico e adotando uma agenda considerada ortodoxa segundo Bacha (2016), com ênfase em reformas estruturais para retomada econômica e controle da dívida pública. A principal mudança na política econômica foi a adoção do teto de gastos por meio da PEC nº241, com intuito de reduzir os gastos públicos pelo controle das despesas, desta forma, tal ferramenta delimitou que o crescimento dos gastos públicos seria controlado pela lei, impedindo que o orçamento feito pela união seja maior que a do ano anterior, podendo ser corrigida pela inflação, abrindo exceção para alguns gastos crescer mais que a inflação, mas desde que ocorra cortes em outras áreas.

A partir de 2017, o gasto do governo teve crescimento médio de 5,82% entre 2017 a 2019, acima da inflação e do PIB do período, mas respeitando o orçamento inferior ao ano anterior. O gráfico abaixo, representa o acompanhamento da dívida bruta ao longo de 2010 a 2016 e 2017 a 2019 já com a medida do teto de gasto aprovado.

Figura 4 - Dívida Bruta Crescimento Real

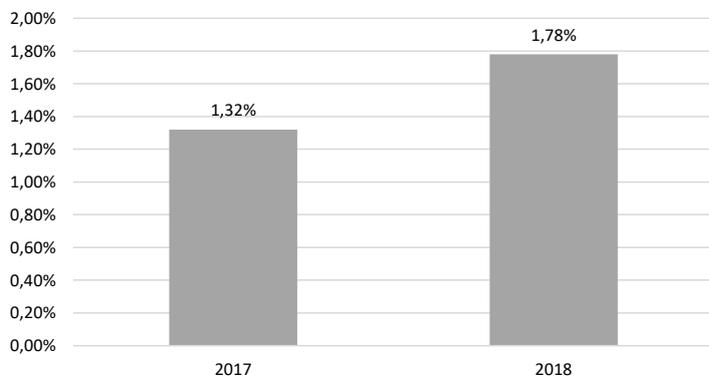


Fonte: Banco Central do Brasil

4.3 Enfraquecimento da inflação e o juros no Brasil

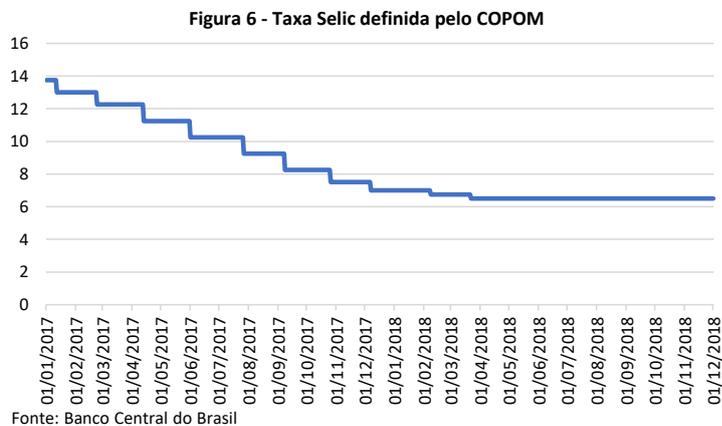
Após períodos de picos inflacionários no Brasil entre os anos de 2015 e 2016 e períodos elevados da taxa de juros básica, a partir de 2017 iniciou o processo de arrefecimento da inflação e o movimento de uma política monetária expansionista elevando o crescimento da economia no período. A partir desta nova política macroeconômica, a inflação de 2017 a 2018 esteve dentro da meta estabelecida pelo Banco Central de 2,95% e 3,75% (IBGE), respectivamente. O gráfico abaixo, (figura 5), mostra como a inflação brasileira medida pelo IBGE se comportou entre os anos de 2010 a 2016.

Figura 5 - IPCA acumulado no ano

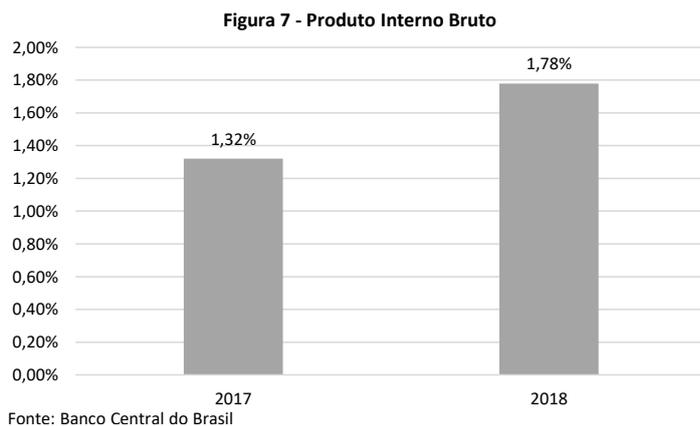


Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

O gráfico abaixo, (figura 6), representa o movimento em que a Selic percorreu entre os anos de 2017 até 2018.



O gráfico seguinte (figura 7), mostra o resultado do crescimento econômico brasileiro entre o ano de 2017 e 2018 após período inflacionário (Solange Srour, 2019) e a aprovação da PEC^o 241.



4.4 Governo Jair Bolsonaro e a criação da reforma da previdência

Em 2018, o deputado federal Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república com a promessa de manter a agenda reformista e fiscalmente responsável. Já em 2019 em seu primeiro ano de mandato, Bolsonaro junto com sua equipe econômica iniciou a formulação para uma nova reforma da contribuição da previdência social. Portanto, uma “reforma da previdência”, refere-se à uma mudança geral nas regras da Previdência Social. E foi isso que aconteceu em 13/11/2019, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 103. A Emenda Constitucional nº 103 mudou várias regras referentes aos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social e criou algumas novidades para os Regimes Próprios.

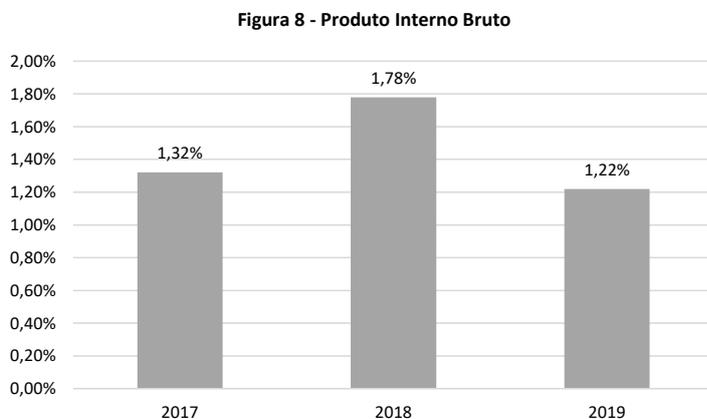
A principal justificativa para a necessidade de tal ato (Solange Srour, 2019), seria a existência de um déficit da previdência, portanto, esse sistema seria considerado insustentável. Essa reforma, em aspecto geral, alterou regras

de concessão e cálculo de aposentadorias e pensão, dos regimes geral e próprio dos servidores públicos federais, instituindo também regras de transição. Após a aprovação da reforma, o governo aprovou o Decreto n. 10.410 de 30 de junho de 2020, alterando o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Destaca-se neste artigo, a proposta de analisar de forma específica, o direito das mulheres frente à aposentadoria por idade.

Após anos de debate e de diversas tentativas frustradas de aprovar uma reforma, a Previdência Social brasileira sofreu algumas mudanças profundas em 2019. Apesar de ter sido desidratado ao longo da tramitação no Congresso, o texto aprovado deve resultar em uma economia de R\$ 800 bilhões em dez anos – um alívio para as contas do sistema. De acordo com dados do Tesouro Nacional, a Seguridade Social – que reúne Previdência, Saúde e Assistência Social – teve R\$ 281 bilhões de déficit em 2018.

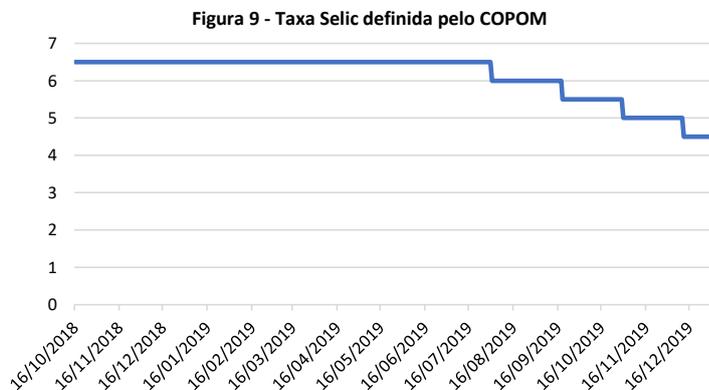
4.4.1 Governo Bolsonaro: política monetária e fiscal

Como citado anteriormente, a condução da política monetária no Brasil seguiu em movimentos expansionistas durante o ano de 2019 a 2020, com a redução das taxas de juros básicas de 6,50% em dezembro de 2018 para o menor nível histórico de 4,50% ao final de 2019. O processo da redução da taxa de juros acompanhou o processo inflacionário no país, porém com baixos índices de atividades econômica (Solange Srour, 2020), apresentando crescimento do produto de 1,22% no ano. O gráfico abaixo (figura 8), mostra o crescimento econômico entre 2017 a 2019.



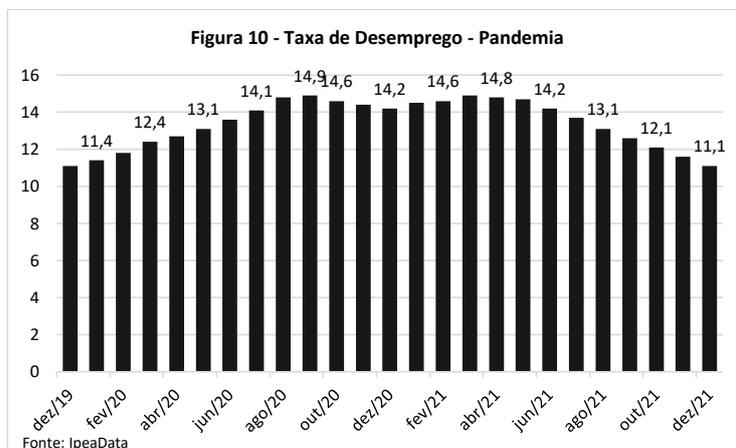
Fonte: Banco Central do Brasil

O gráfico abaixo (figura 9), apresenta a redução da taxa Selic entre o início de mandato do Jair Bolsonaro em 2019 até o final do ano.



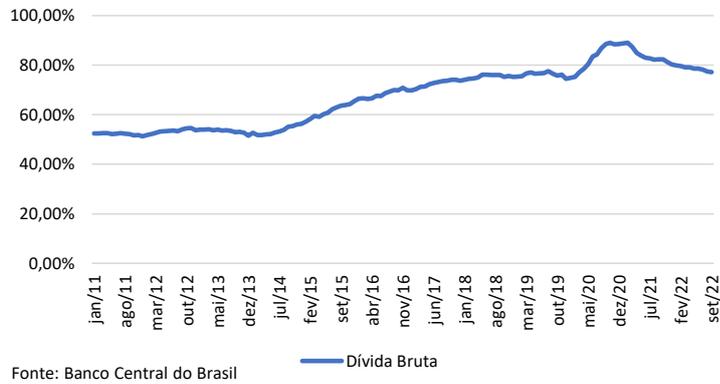
Fonte: Banco Central do Brasil

No ano de 2020, devido a pandemia da Covid-19, o governo federal aprovou o auxílio emergencial com objetivo de garantir uma renda mínima a população que ficou em situação vulnerável no período de 2020 a 2021. Devido as restrições sanitárias no Brasil e ao redor do mundo, o nível de desemprego saltou de 11,1% ao final de 2019 para 14,9% em março de 2021, maior nível da série histórica do Ipeadata. O gráfico abaixo, mostra o comportamento da taxa de desemprego medido pelo caged no período de dezembro de 2019 até dezembro de 2021.



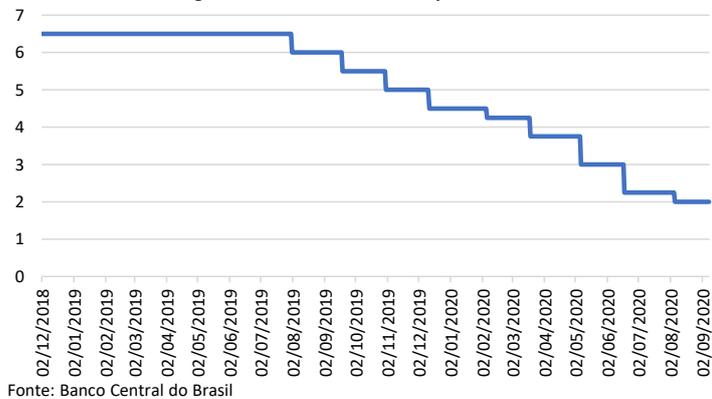
Segundo Berriel (2022), a criação e prorrogação do auxílio emergencial além de outros gastos em função da garantia da renda mínima no ano de 2020 e 2021 para a população, provocou um abalo no arcabouço fiscal, aumentando a relação dívida/PIB ao nível de 89% em outubro de 2020. O gráfico abaixo (figura 11), mostra o comportamento da dívida bruta em percentual do produto interno bruto de janeiro de 2011 até fevereiro de 2022.

Figura 11 - Dívida Bruta em % do PIB



O processo da política monetária expansionista iniciada em 2017, teve peso importante na contenção de danos durante a pandemia, podendo ser visto pela redução das taxas de juros reduziu de 6,50% em dezembro de 2019 para 2% em agosto de 2021. O gráfico abaixo, apresenta a queda da taxa de juros definida pelo comitê de política monetária (COPOM) entre dezembro de 2018 até setembro de 2020.

Figura 12 - Taxa Selic definida pelo COPOM



A volta da economia de forma rápida com o incentivo do auxílio emergencial, o acesso ao crédito barato por conta das baixas taxas de juros, além das quebras de cadeias produtoras de commodities, a inflação começou a superar os níveis da meta de inflação estabelecidas pelo Bacen, acumulando alta de 10,06% em 2021. Como forma de combater a inflação, a política monetária passou a adotar o movimento contracionista (aperto da economia em

função da elevação da taxa de juros), partindo de 2% para 9,25% ao final de 2021.

5. Investidores brasileiros 2017-2021

A pesquisa Raio X do Investidor brasileiro demonstrada o nível de aportes financeiros no país, contando tanto produtos de renda fixa como renda variável. A partir da pesquisa pode-se observar que entre o ano de 2017 e 2018 o número de investidores não obteve avanço, porém a partir de 2019 observa aumento de 2% de aportes financeiros no país. Já em 2020, ano em que a pandemia ganhou proporção, é observado uma diminuição expressiva da quantidade de investidores, de 4%, levado, principalmente, pela saída da classe C, e em 2021, ainda na pandemia, o número recua mais 1%, como demonstrado abaixo:

Quadro 1 – Evolução do número de investidores

	2017	2018	2019	2020	2021
Investidores	42%	42%	44%	40%	39%
Não investidores	56%	56%	55%	60%	61%
Classe A	4%	4%	5%	5%	4%
Classe B	30%	30%	31%	32%	31%
Classe C	66%	66%	64%	64%	65%

Fonte: ANBIMA

Como demonstrado pelos dados macroeconômicos previamente apresentadas, a diminuição da atividade econômica, somado ao processo inflacionário afetou a renda da população, e por consequência, impactou na quantidade de recursos disponíveis para investimento, principalmente nas

famílias que possuem um orçamento mais limitado, representada pelas classes B e C.

Outro dado a ser analisado é número de brasileiros que conseguiram economizar parte de sua renda vinha crescente desde o início da pesquisa, em 2017, quando o percentual foi de 32%, chegando a 38% em 2019. Já em 2020, o número decresceu para 36%, e em 2021, pouco mais de um terço dos brasileiros (27%) economizaram.

Quadro 2 – Evolução da taxa de pessoas que economizaram

	2017	2018	2019	2020	2021
Economizaram	32%	33%	38%	36%	27%
Não economizaram	68%	67%	62%	64%	73%

Fonte: ANBIMA

É notável a perda da capacidade de economia da classe C entre 2019, ano imediatamente anterior à pandemia, e 2021, em que os impactos econômicos do coronavírus já eram sentidos há algum tempo. Segundo a pesquisa, 54% das pessoas da classe- C conseguiram economizar em 2019, enquanto que em 2021, apenas 25% fizeram alguma reserva de sua renda, demonstrando a influencia do processo inflacionário na formação de poupança do brasileiro, em especial de mais baixa renda.

Em 2019, que a principal fonte de economia veio da fuga de compras desnecessárias (47%), seguido da reserva de parte do salário (35%), e controle de despesas (34%). O perfil de economia teve mudança considerável com o início da pandemia, e os recursos advindos do controle de despesas saltou de 34% para 56%, e foi o principal item, já que as pessoas deixaram de viajar, sair de casa e frequentar bares e restaurantes, por exemplo. Logo seguiu-se a economia com compras desnecessárias, com 24% (-33% vs ano anterior) e reserva de parte do salário, com 11% (- 24% vs ano anterior).

Em 2021, a pandemia ainda possuía bastante força, principalmente no primeiro semestre. Mas houve o início da vacinação e, com isso, afrouxamento das medidas sanitárias. Isso impactou novamente no perfil de economia dos brasileiros, onde o principal item desta vez foi a fuga de compras desnecessárias, assim como em 2019, mas ficando com 21%, seguida de controle de despesas, com 18% (-38% vs 2020) e economia de salário, com 11%.

Quadro 3 – Alocação de produtos financeiros

	2019	2020	2021
Carteira de poupança	32%	29%	21%
Ações	4%	3%	4%
Títulos públicos	4%	3%	3%
Títulos privados	3%	5%	2%
Fundos de Investimento	3%	5%	3%
Imóveis	12%	7%	11%

Fonte: ANBIMA

Em 2019 e nos anos anteriores da pandemia, o volume de dinheiro investido na cardeneta de poupança possuía uma vantagem ampla em relações às outras opções. Hoje, essa vantagem ainda é grande, porém, diminuiu durante a pandemia. Em 2019, a poupança era utilizada por 32% dos investidores, caindo para 29% em 2020 e 21% em 2021. Os títulos privados subiram 3% no primeiro ano da pandemia e os fundos subiram 2%, sendo destino de parte da migração da poupança.

Quadro 4 – Evolução de CPF's cadastrado na B3

Ano	CPF Cadastrado	Varição	Entrada de Novos CPF
2017	620.313	-	-
2018	813.974	31,22%	193.661
2019	1.666.328	104,72%	852.354
2020	3.233.727	94,06%	1.567.399
2021	4.976.153	53,88%	1.742.426

Com relação a entrada de CPFs na bolsa, pode-se notar uma relação de maior volume de indivíduos na renda fixa quando se tem taxas de juros baixas, devido ao menor rendimento dos títulos de renda fixa a bolsa se tornou um investimento atrativo para boa parte dos investidores.

Quadro 5 – Retorno dos Mercados de Renda Fixa e Renda Variável

Índices	2019	2020	2021
CDI	5,97	2,77	4,40
Ibovespa	31,58	2,92	-11,93

Devido ao movimento contracionista da política monetária, a taxa de juros em 2019 encerrou em dezembro em 4,50% enquanto o Ibovespa no mesmo período teve ganho de 31,58%. Neste contexto, os investidores realizaram uma migração para parte de suas reservas na bolsa de valores aumentando em 252% o número de CPF cadastrado, enquanto a caderneta da poupança retraiu 11% entre 2019 a 2021 segundo dados da Anbima.

Conclusão

A recessão econômica no período de 2015 e 2016 como mencionado neste presente trabalho, causada por conflitos políticos, aumento da dívida pública e pressão inflacionária resultou na adoção de uma política ortodoxa pelo governo Michel Temer, destacando-se a PEC Nº 241 (teto de gastos), com objetivo de reduzir a dívida pública e estabilizando o cenário macroeconômico. Do ponto de vista fiscal, o teto de gasto garantiu que houvesse êxito na política contracionista, evitando assim o aumento da dívida pública, conseqüentemente reduzindo a pressão inflacionária e retomando o crescimento do produto nos anos seguintes. Devido ao ajuste fiscal e a queda dos níveis de inflação, o Banco Central brasileiro conseguiu adotar uma política monetária expansionista a partir de 2017, reduzindo a taxa de juros de 13,75% para o menor nível da série histórica em 2% já em 2020.

Neste período, como observado o número de investidores manteve-se estável com baixo crescimento em 2019. Por outro lado, o número de pessoas que economizaram no mesmo período, teve aumento de 5%, ocasionado pelos níveis dentro da meta da inflação.

Em março de 2020, com o agravamento da Covid-19 e as restrições sanitárias impostas, o governo decidiu em criar o auxílio emergencial com foco no auxílio de pessoas em situação vulnerável, evitando assim uma queda maior do PIB neste ano, mas mesmo assim sendo observado uma retração se 4,1% do PIB.

Contudo, o excesso de recursos fiscais utilizados somados ao choque de preços nas principais cadeias de suprimentos ao redor do mundo,

provocaram o agravamento da pressão inflacionária doméstica. Como forma de combater esta inflação, o comitê de política monetária (COPOM) decidiu em retomar a política contracionista com aumento da taxa Selic, saltando de 2% para 9,25% ao final de 2021.

Como observado a inflação no período afetou diretamente a capacidade das pessoas em poupar, em especial, as classes mais vulneráveis. A diminuição da atividade econômica, somado ao processo inflacionário trouxe efeitos a renda da população, e por consequência, impactando na quantidade de recursos disponíveis para investimento, principalmente nas famílias que possuem um orçamento mais limitado, representada pelas classes B e C.

Portanto, a partir dos dados levantados pela pesquisa pode-se observar a relação entre equilíbrio macroeconômico, destacando a taxa básica de juros e os índices de inflação, com a capacidade do investidor brasileiro de alocar recursos. Como demonstrado pelo período analisado, os níveis de pessoas que conseguiram poupar e investir seu dinheiro em algum produto financeiro são mais altos durante 2017-2019, quando o país conseguiu manter níveis de inflação dentro da meta somado a queda da taxa de juros. Por outro lado, a partir de 2020 com a chegada da pandemia, as pessoas a capacidade de poupança para alocação em produtos financeiros devido a crise econômica apresentada no período.

Referências

SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1: Módulo público. [S. l.], Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 30 out. 2022.

MARINS, Mani Tebet; RODRIGUES, Mariana Nogueira; SILVA, Jéssica Maldonado Lago; SILVA, Karen Cristina Martins; CARVALHO, Paola Loureiro. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Auxílio Emergencial em tempos de pandemia**, SciELO, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDthGYM3m/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CARDOSO, Bruno Baranda. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social**, SciELO, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/bxKszgD4DmnWc8HmFWw3Sqj/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos:: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao

capitalismo do desastre. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos**:: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre, SciELO, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrCwKDrp/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

GOMES, José Wellington Félix; PEREIRA, Ricardo Castro; PEREIRA, Arley Rodrigues; LÚCIO, Francisco Germano Carvalho; SARAIVA, Francisco Assuero Monteiro. Efeitos fiscais e macroeconômicos da emenda constitucional do teto dos gastos. **Efeitos fiscais e macroeconômicos da emenda constitucional do teto dos gastos**, SciELO, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/rLzCFQCfHzTbz9drbVWcfLL/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

BORGES, Braúcio. Debate dos impactos da nova matriz econômica: a visão de que há exagero. **Debate dos impactos da nova matriz econômica: a visão de que há exagero**, Ponto de Vista, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19509/Ponto%20de%20Vista.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 out. 2022.

ROMPENDO com a ruptura: O Governo Lula. *In*: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2015. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2016. cap. 8, p. 197-236. ISBN 9788535267938.

Fim do Ciclo: O Governo Dilma. *In*: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea**: 1945-2015. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2016. cap. 9, p. 240-275. ISBN 9788535267938.

GOVERNO Lula. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021. cap. 24, p. 639-687. ISBN 9788597003437.

Formatado: Inglês (Estados Unidos)

GOVERNO Lula. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021. cap. 24, p. 639-687. ISBN 9788597003437.

GOVERNO Dilma. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021. cap. 25, p. 689-717. ISBN 9788597003437.

Formatado: Inglês (Estados Unidos)

BLANCHARD, Olivier. Política Fiscal: um resumo. *In*: MACROECONOMIA. 7°. ed. São Paulo: Pearson, 2017. cap. 22, p. 504-529. ISBN 978-85-430-2054-9.

BLANCHARD, Olivier. Política Monetária: um resumo. *In*: MACROECONOMIA. 7°. ed. São Paulo: Pearson, 2017. cap. 23, p. 530-551. ISBN 978-85-430-2054-9.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Mercado Financeiro: O mercado de capitais. *In*: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Mercado de Valores**

Mobiliários Brasileiro. 3º. ed. Rio de Janeiro: TOP, 2014. cap. 1, p. 28-71.
ISBN 978-85-67896-01-4.